

**AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E AS
OPRESSÕES PRESENTES NA ATUAÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

***THE EXPRESSIONS OF THE SOCIAL QUESTION
AND THE PRESTIGIOUS PRESENTS IN THE
ACTION OF THE SOCIAL SERVICE IN
PROFESSIONAL EDUCATION***

Magali da Silva Almeida¹
Heide de Jesus Damasceno²

RESUMO: O texto apresenta análises acerca da sociedade capitalista, racismo e gênero, identificando-as como categorias tanto de exploração do trabalho quanto de opressões, expressas na educação profissional. O objetivo foi realizar essas relações tendo como referência a formação profissional do Serviço Social no Brasil. Através de uma revisão bibliográfica, abordamos os avanços e limitações do Serviço Social em identificar e intervir nas demandas de opressões por raça/etnia e gênero, assim como o faz com as expressões da “questão social”. A atuação na política de educação profissional é privilegiada na análise, com reflexões das principais demandas institucionais e as possibilidades de intervenção.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação profissional; Questão social; Opressões.

ABSTRACT: *The text presents analyzes about capitalist society, racism and gender, identifying them as categories of labor exploitation and oppression, expressed in professional education. The*

¹Assistente social, Professora Adjunta do Instituto de Psicologia da UFBA do Colegiado de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, quilombola_rio56@yahoo.com.br.

²Assistente social do Instituto Federal da Bahia, Doutoranda no Instituto Universitário de Lisboa, heidejd@yahoo.com.br.

objective was to carry out the relations with reference to the professional formation of Social Work in Brazil. Through a bibliographical review, we address the advances and limitations of Social Service in identifying and intervening in the demands of oppression by race / ethnicity and gender, just as it does with the expressions of the "social question". The work in the politics of professional education is privileged in the analysis, with reflections of the main institutional demand and the possibilities of intervention.

Key-words: *Social Service; Professional Education; Social Question; Oppressions.*

INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a relevância do aprofundamento e visibilidade das categorias de opressão na formação do assistente social, dando foco às relacionadas à raça/racismo e gênero. Pontuamos tais opressões como objetos de intervenção da profissão que estão materializados e expressos tanto quanto as expressões da questão social. Nos propomos a conjecturar como essas demandas estão postas na atuação na política de educação profissional e as possibilidades de intervenção do assistente social.

No primeiro item apresentamos conceitos relacionados às opressões identitárias, especialmente sobre o racismo e gênero, e sua relação direta com as demandas de intervenção do assistente social. Contextualizamos a identificação do Serviço Social em ter as expressões da questão social como objeto de intervenção e o lugar das demandas de opressão. Na formação do assistente social no Brasil, incluindo a renovação profissional e consolidação do projeto ético-político, as perspectivas teóricas e abordagens críticas definem, hegemonicamente, as expressões da “questão social” como o objeto de intervenção. Apesar de reconhecermos estes avanços, que

representam a maturidade teórica e militante do Serviço Social no Brasil, problematizamos as limitações dessa configuração por relacionar o objeto de intervenção apenas às questões consequentes da exploração do trabalho na sociabilidade do capital.

Nesse sentido, o segundo item aborda alguns argumentos para mostrar a importância do profissional ser capaz de decifrar estas demandas postas na realidade de trabalho em sua atuação na educação profissional. Face à inserção maior do profissional nesta modalidade de ensino e nos processos de seleção social e econômica da assistência estudantil, visualizamos demandas tanto decorrentes da exploração do trabalho nessa sociabilidade (expressões da questão social) quanto às questões relacionadas à opressões, aqui mais problematizadas as de raça e gênero. Nas considerações finais, apontamos, dentre outras questões, que a formação profissional na área ainda precisa dar conta dessa questão de forma continuada e se aliar aos sujeitos que defendem os mesmos interesses e projetos de sociedade.

1. O OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS CATEGORIAS DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO

Concebemos que o Serviço Social surge no contexto em que se tornaram necessárias respostas estatais à “questão social” por meio das políticas sociais. Essa perspectiva de análise histórico-crítica já demarca que a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho, no bojo do sistema capitalista, tem suas causas nas transformações sócio-históricas. Estas relações e os fundamentos ideológicos, teóricos e políticos da profissão,

foram e ainda são determinantes para a identificação do objeto de intervenção delimitado hegemonicamente e coletivamente no Brasil: as expressões da questão social.

Defendemos a concepção de que se apresentam aos assistentes sociais, como demandas profissionais contemporâneas, novas e velhas expressões da “questão social”, sendo estas consequências da exploração do trabalho (consequentes do desemprego, subemprego, trabalho e condições precárias de subsistência). Tais manifestações vão aparecer no cotidiano do assistente social, em quaisquer política social que esteja vinculada, de forma inter-relacionada e intersetorial, pois o usuário vai expor demandas que vão desde necessidades básicas de alimentação a questões de moradia, falta de acesso à educação, saúde, dentre outras.

Retomando os fundamentos da intervenção do assistente social na produção e reprodução da vida social, polarizado pelos interesses de classes divergentes, descreve Yamamoto (2002, p. 99):

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto às demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da história.

Esta contradição está arraigada nos primórdios da profissão e é também uma das questões que explica a

associação das demandas presentes no cotidiano dos assistentes sociais como vinculadas apenas à relação de dominação do capital e trabalho. Mas, e o lugar das opressões? Quais são as expressões da questão social? ou limitadas às subjetividades e identidades? descoladas das questões macro estruturais da sociabilidade burguesa? Nesse texto damos foco às opressões de raça/racismo e gênero, considerando suas relações intrínsecas e históricas com associabilidade capitalista, e, demandas sociais presentes no cotidiano do trabalho do Serviço Social na educação.

Ponderamos que as questões de opressões raciais e de gênero não podem ser consideradas apenas mais uma expressão da “questão social”, pois são historicamente anteriores à sua emergência e não se limitam estritamente à exploração do trabalho, apesar de funcionais e articuladas com o surgimento do capitalismo. Magali da Silva Almeida explica que “elas não devem ser negligenciadas nem tampouco conduzidas apartadas de uma análise externa ao capitalismo” (2017: 40), pois, “por onde quer que andemos, por onde quer que atuemos, esbarramos com intolerâncias, manifestações de racismo e sexismo e lesbotransfobia, pois esta é a lógica perversa da sociabilidade burguesa” (2017, p. 42). Para Barcelos e Salazar, devemos compreender a opressão:

Como o que impede o ser humano de desenvolver-se plenamente, de explorar suas potencialidades, de desenvolver e expandir toda a sua capacidade criativa e transformadora, de fazer escolhas conscientes entre alternativas concretas. Na medida em que essas possibilidades não adquirem concretude na vida de mulheres e homens, a opressão expressa a negação do ser humano como ser que objetiva-se no

mondo (2017, p. 4).

Assumimos as premissas de que as expressões das desigualdades e discriminações sociais operam de forma conjugadas, são funcionais à manutenção da “ordem social” hegemônica. A exploração do trabalho humano, a ideologia de supremacia de raças e etnias e o sexismo e machismo estão articuladas e presentes em todas as sociedades atuais. A declaração de Durban (2011, p. 11), da qual o Brasil é signatário, reconhece o racismo e a xenofobia como problemas contemporâneos que causam opressões violentas, discriminatórias e restritivas aos afrodescendentes nas diversas partes do mundo. Estudiosos portugueses de raça, nacionalismo e etnicidade tem alertado sobre o contemporâneo racismo cultural e seus desdobramentos para as minorias, especialmente nos contextos escolares. Os conceitos de raça e etnia são expostos como:

[...] uma construção social e não tendo cientificamente correspondência objectiva em termos biológicos, não é contudo um simples conceito arcaico e, portanto, dispensável na medida em que é um elemento na estrutura social racializada a nível macro-societal e a nível micro-interactivo e desempenha um papel na estruturação e na representação de diversos mundos socialmente racializados. [...]. O conceito de etnia, enquanto conjunto de indivíduos humanos definidos pela sua origem e condição comum (Silva, s.n: 24).

À respeito do entendimento de raça na atualidade, nos afirma Kabengele Munanga: “sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo

molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas (2006, p. 52). Desta forma, o problema não está no uso do termo raça, pois

O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente (...). Os racismos contemporâneos não precisam mais do conceito de raça. A maioria dos países ocidentais pratica o racismo antinegros e anti árabes sem mais recorrer aos conceitos de raças superiores e inferiores, servindo-se apenas dos conceitos de diferenças culturais e identitárias. As propostas de combate ao racismo não estão mais no abandono ou na erradicação da raça, que é apenas um conceito e não uma realidade, nem no uso dos léxicos cômodos como os de “etnia”, de “identidade” ou de “diversidade cultural”, pois o racismo é uma ideologia capaz de parasitar em todos os conceitos (MUNANGA, 2006, p. 53).

Além do racismo, as opressões relacionadas ao gênero também se relacionam e são funcionais nessa sociabilidade. Se referem às posições homólogas do feminino e do masculino utilizadas em diversos aspectos da vida em sociedade, sempre tendo como justificativa a diferença entre os sexos. Um dos principais problemas dessa construção binária limitada em dois gêneros – masculino e feminino - são as perspectivas de supervalorização dos valores enquadrados e associados ao masculino e a heteronormatividade imposta como padrão. Na contemporaneidade, ainda há muita resistência em se discutir diversidade de gênero e a problematização dessa

categoria. O capitalismo, o racismo e o machismo/sexismo na nossa sociedade impõem e expõem que a pobreza é negra e feminina, pois estão nos piores indicadores do Brasil (IBGE, 2010).

No âmbito do Serviço Social, consideramos haver uma sobreposição das questões socioeconômicas e uma subordinação histórica de outras vertentes de conhecimento da complexa realidade social, a exemplo das opressões étnico-raciais e de gênero. Acerca da discussão étnico-racial no Serviço Social, há estudos que explicam, comprovam e criticam a escassez desse debate na formação acadêmica no Brasil. RoseliRocha (2014) aponta quantos desafios ainda temos tanto na incidência nos currículos quanto na produção teórica. Camila Ferreira (2010) demonstra os problemas da visibilidade do negro desde a gênese do Serviço Social no Brasil. Franciane Menezes (2010), sinaliza os problemas históricos dessa omissão e questiona:

A invisibilidade dessa discussão no processo de formação, bem como sua observância na prática profissional, pode ter um preço alto: a não apreensão da realidade necessária para se conhecer quem são os sujeitos sociais atendidos pelos profissionais de Serviço Social. Em outras palavras, o silêncio também revela um posicionamento. Seria essa uma ratificação da violência racial, velada ou explícita (mas não contabilizada), mesmo que seja por omissão? (2010, p. 14).

Vale destacar que há avanços significativos na última década que promovem a discussão racial e de gênero na categoria profissional, especialmente motivadas por essas e outras pesquisas na área e participações que

incidem estas temáticas nos encontros da categoria. As demandas sociais de opressão estão latentes nas relações sociais contemporâneas e de forma cada vez mais explícita. Vivemos num neoconservadorismo imbricado de valores moralistas e com rasa reflexão e informações. O desafio de atuar nesta conjuntura é enorme. As respostas profissionais precisam estar respaldadas em conhecimentos científicos, pautados nos valores e princípios éticos e políticos caros ao Serviço Social. O trabalho na política de educação está igualmente permeado por estas provocações e será objeto de análise no próximo item.

2. A ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FACE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E OPRESSÕES

Conforme explicamos no item anterior, defendemos que as análises das categorias de exploração do trabalho e opressões precisam se dar de forma articulada, a partir de seus contextos e complexas relações sociais e históricas. Além disso, é necessário dar maior visibilidade à estas demandas, reconhecendo-as como objeto de intervenção do assistente social. Neste texto, enfatizamos especialmente a atuação na política de educação profissional, pois apresentamos reflexões acerca das possibilidades e limites ao Serviço Social no atendimento das demandas institucionais, dos processos seletivos da assistência estudantil e do acompanhamento social dos estudantes, percebendo a materialidade das expressões da “questão social” e das opressões de raça/etnia e gênero que deve intervir.

Concebemos a política de educação no bojo das

contradições inerentes às políticas sociais na sociedade capitalista. Um dos elementos relaciona-se com suas possibilidades de produção e reprodução das relações sociais. Contraditoriamente, atende aos interesses do capital na medida em que as instituições desta política se configuram como reprodutoras da sociabilidade do capital. Apesar de funcional à lógica do capital, a Educação atende também, pela mesma ação, os interesses do trabalho, já que resulta de formas históricas de mediações entre as classes por parte do Estado e “da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais (CFESS, 2012). Pode produzir, portanto, acesso às minorias sociais.

A escolha por pensar nesse texto a atuação na modalidade de ensino profissional se dá devido a função histórica desta modalidades de ensino de atender ao público mais vulnerável socialmente no ápice de implantação do capitalismo. Frigotto, et al (2005) defendem que,

Se a educação profissional ainda é necessária no ensino médio/secundário, que seja feita com ética aos filhos dos trabalhadores, que não podem adiar o ingresso no mundo do trabalho após o ensino superior: “que potencialize mudanças para, superando-se essa conjuntura, constituir-se em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa” (2005, p. 44).

A atuação do Serviço Social na política de educação, nos diversos níveis e modalidades, possui

contributos de pesquisas no Brasil que versam sobre a importância dessa inserção e a necessária ampliação e articulação com demais políticas, a saber, reconhecidamente, os estudos de Ney Luiz Almeida (2005), Eliana Bolorino (2012), o texto publicado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS “Subsídios para atuação de assistentes sociais na Educação” (2012), dentre outras pesquisas.

O assistente social, em sua atuação na política de Educação profissional, pode contribuir nos processos de ensino-aprendizagem, desvelando as expressões da desigualdade e dos interesses contraditórios de classe, articulando lutas sociais e, defendendo a ampliação das condições de acesso (à escola pública, gratuita, laica e de qualidade) e permanência (respaldado nas garantias legais da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, dentre outras).

Nas duas últimas décadas (a partir dos anos 2000), assistimos a uma considerável ampliação da inserção de assistentes sociais na educação brasileira, especialmente via concursos públicos nas Universidades e Instituto Federais (educação profissional). Em 2016, nova proposta de reforma do ensino médio foi aprovada pelo atual governo brasileiro, sem ampla discussão nacional, direcionando a separação de vias de ensino médio/secundário e retirando importantes disciplinas do conteúdo regular. Em que pese os retrocessos desse governo (nos anos de 2016 e 2017), que além de restringir recursos financeiros, tem pautado propostas indecorosas como “escola sem partido” e sem “ideologia de gênero”, ainda temos uma grande demanda de atuação nesta política. Mais do que nunca somos uma categoria profissional importante face às estas demandas estudantis

e das lutas sociais para além da intervenção nas questões relacionadas à situação socioeconômica.

Entretanto, as requisições dos programas e projetos que envolvem a Política de Assistência Estudantil, especialmente no nível superior e educação profissional nos Institutos Federais, são práticas que têm se sobressaído como demanda quantitativa através dos processos de seleção das bolsas e auxílios (processos de seleção socioeconômica no âmbito da assistência estudantil). Contraditoriamente, este eixo de atuação do assistente social é extenso em volume de trabalho processos burocráticos, não propiciando o aprofundamento das reflexões nem as proposições de ações e acompanhamento social sistemático a partir das demandas expostas pelos usuários. A seleção socioeconômica é espaço privilegiado para levantar demandas de atuação, mas não pode ser o fim e único eixo de atuação do assistente social. Infelizmente a ação profissional fica assim circunscrita apenas à dimensão técnica, desvinculada das dimensões ética, política e teórica (CFESS, 2012, p. 45).

Consideramos, portanto, um equívoco a restrição de atendimento de uma única demanda/frente de trabalho, tendo em vista as vastas possibilidades de intervenção, que inclusive vão além das respostas da assistência estudantil em facilitar recursos financeiros. Não dizemos com isso que são menos importantes ou culpabilizam os profissionais por esta lógica, mas apresentamos um processo de trabalho muito acentuado e que precisa ser revisto para dar possibilidades de outros leques de atuação. Além de fortalecer as estratégias de luta pela democratização do ensino, da defesa dos direitos sociais, via acesso a serviços socioassistenciais, as possibilidades de atuação do assistente social na Educação, diante das

competências e atribuições da profissão, podem ser organizadas em dois eixos: o da dimensão socioeducativa da profissão e a articulação com a rede socioassistencial.

Quanto às ações vinculadas a dimensão socioeducativa da profissão, que se aproxima do debate que fazemos aqui, podemos mencionar a assistência às necessidades humanas diversas que estão presentes no espaço educacional, pois são demandas iminentes. Tanto as questões de necessidades educativas especiais, quanto tradicionais expressões da violência, da intolerância e discriminação religiosa, das opressões porraça/etnia e de gênero fazem parte do cotidiano escolar na perspectiva da diversidade que possui.

Destacamos, neste bojo, as políticas de Ações Afirmativas, que consistem objetivamente na implantação de cotas sociais e raciais nos Institutos Federais como demanda de ingresso de estudantes oriundos de escola pública e/ou autodeclarados negros. Estes estudantes são o principal público das políticas de permanência. Concordamos com a importância dessa política, reconhecendo a formação sociohistórica brasileira e a dívida social dos nossos governos com sua população negra³. Essa política tem garantido o acesso da maioria dos estudantes oriundos de escola pública e afrodescendentes, assegurando o papel social da escola pública. Esse é o maior público que demanda atenção dos programas de assistência estudantil. Sua presença enriquece e valoriza a função social da escola pública e contribui para valorizar debates sobre a democratização e cidadania, que devem envolver todos os sujeitos da escola.

³ No Brasil, são reconhecidamente denominados negros/as a população que se autodeclarar pardos/as e pretos/as no censo oficial do país. Atualmente 50,7% da população brasileira é negra (IBGE, 2010).

No que tange à articulação com a rede socioassistencial, esta pressupõe um profissional concatenado às políticas sociais do seu país, além de informado das possibilidades de encaminhamentos e parcerias. A articulação comunitária, com o intuito de realizar atividades de extensão e incentivar a participação dos usuários e população nas discussões e decisões institucionais também é compromisso do profissional de Serviço Social, de acordo com os princípios defendidos pela profissão. A valorização da gestão democrática é tarefa essencial ao profissional, que pode e deve ser exercitada por meio do incentivo à participação estudantil, bem como das famílias e comunidades nos conselhos.

Todas estas questões dos eixos de atuação do Serviço Social na Educação estão entrelaçadas ao que denominamos de acompanhamento social dos estudantes. As demandas e possibilidades de intervenção do Serviço Social tanto nas expressões da “questão social” quanto nas opressões de raça/etnia e gênero nas escolas profissionais se evidenciam nos diversos espaços da política, mas ainda mais latente nas escolas, no atendimento direto aos estudantes, quando estão ali materializados os desafios da vida social. Há inúmeras demandas de intervenção que podem estar relacionadas tanto à questões de exploração do trabalho quanto à opressões, a saber: violências (físicas, psicológicas, sexuais, etc.); falta de recursos para frequentar, decorrentes de desemprego e trabalho informal; saúde física e mental; discriminações racistas, sexistas, homofóbicas, religiosas, geracionais; assédios e conflitos na relação professor-aluno/a; defasagem idade e série; defasagem de conteúdo do ensino fundamental; referência familiar; envolvimento no tráfico de drogas/risco de morte, dentre outras.

O Serviço Social pode contribuir com intervenções

qualificadas tanto nas expressões da “questão social” quanto nas opressões por raça/etnia e gênero, mas lhe faltam mais competências para decifrar estas realidades, reconhecendo-as como demandas sociais/ objeto de intervenção no exercício profissional. Para dar conta da identificação dessas demandas, entrelaçadas no cotidiano, os assistentes sociais precisam tê-las debatidas na formação profissional. Assim, podem analisar as dimensões históricas e políticas destes fenômenos. Estas incompletudes da intervenção profissional certamente valorizam parcialmente a realidade e as demandas da atuação profissional. É preciso perceber estas lacunas na formação para incorporá-los, em consonância à defesa dos direitos humanos e demais princípios éticos do nosso projeto profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que há muitos caminhos necessários para implantar novas perspectivas e eles devem ser feitos paralelamente. De um lado, a nível macro, é preciso continuar disputando a política social de educação em torno da garantia de direitos humanos. Em qualquer instituição dessa política é necessário intensificar a luta para ampliar a inserção de assistentes sociais na política de educação: nas gestões nacionais, estaduais e municipais, nas secretarias e coordenações ou nas escolas. Em todos esses espaços há disputas de projetos, há expressões da exploração do trabalho do homem pelo homem e materialização de opressões.

Ainda de forma mais abrangente, precisamos debater nos encontros e coletivos da categoria, na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social – ENESSO, no conjunto CFESS – CRESS e na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social –

ABEPSS acerca das questões de opressão por raça e gênero, coadunando com os princípios éticos e políticos profissionais, e fortalecendo nossa formação acadêmica e profissional nos currículos e formações continuadas. Refletir as prioridades, as nossas competências e atribuições para sermos capazes de análises contundentes nos espaços de atuação que direcionam intervenções em prol dos direitos sociais e processos socioeducativos.

Por outro lado, é preciso disputar as concepções das pessoas a partir da superação das ideias pré-concebidas no cotidiano da educação. Discutir com todos os sujeitos: estudantes, famílias, profissionais da educação, gestores e professores. Algumas ações inovadoras podem contribuir para subverter ideias conservadoras e discriminatórias. Se não falarmos de racismo e de gênero de forma transversal em todo o conteúdo curricular, contribuimos para manter os sistemas de opressões.

As estratégias de produção e resistência são um caminho longo e de muitas batalhas. É importante, antes de tudo, reconhecer os parceiros, ou seja, os sujeitos políticos que coadunam das mesmas concepções para então fazer as articulações necessárias, se alinhando e fortalecendo dentro e fora das instituições de ensino. O otimismo da vontade de contribuir para uma sociedade mais igualitária, sem opressão de raça, gênero, sexualidades e classe deve ser o motor que nos move nesse desafio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.

Argum, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr, 2017.

ALMEIDA, N. L. T. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. (Caderno especial n. 26), 2005.

BARCELOS, G. H.; SALAZAR, S. N. Capitalismo e (re) produção de opressões social. **Revista Argum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 4-7, jan./abr, 2017.

BOLORINO, E. C. M. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Unesp, 2012.

BRASIL. IBGE, **Censo**, 2010.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2012.

Durban. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata** (2001).

[Documento] Durban, África do Sul, 2001. Disponível em:http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/declaracao_durban.pdf.

FERREIRA, C. M. **O negro na gênese do Serviço Social** (Brasil, 1936-1947). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

FRIGOTTO, G. et al. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no**

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 2, 2018.

Serviço Social: ensaios críticos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MENEZES, F. C. Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo.

Libertas: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9 - 72, jan./jun., 2010.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro. São Paulo, 2006.

ROCHA, R. F. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social**: avanços e desafios. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: UFRJ, 2014.

SILVA, M. C. Etnicidade e Racismo: uma reflexão pró-teórica. In: **Etnicidade, nacionalismo e racismo**: migrações, minorias étnicas e contextos escolares. Porto: Edições Afrontamento. Cap. 1, p. 21-75.